

POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL: ACERCA DA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICO DE MENINAS E MULHERES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

MENSTRUAL POVERTY IN BRAZIL: ABOUT THE SOCIOECONOMIC VULNERABILITY OF GIRLS AND WOMEN, AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Wanessa Willianly Freire de Lima¹; Ana Karoline Barros Silva¹

¹Faculdade de Integração do Sertão – FIS, Serra Talhada-PE, Brasil.

Resumo

Meninas e mulheres necessitam fazer uso de produtos de higiene para a contenção do fluxo durante o período menstrual, quando há dificuldade de acesso aos produtos básicos chama-se pobreza menstrual, que acomete principalmente muitas mulheres vivem em situação de vulnerabilidade social, de baixa renda, em situação de rua e de cárcere. Este artigo tem como objetivo descrever a pobreza menstrual no Brasil, e os seus principais fatores que se relacionam com essa situação de vulnerabilidade, entendendo o perfil dessas mulheres, e os fatores relacionados a esse problema. Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, determinado o conhecimento atual sobre a pobreza menstrual no Brasil. A menstruação pode ser entendida como um problema social e de finalidade em questões de políticas públicas. Visto que o impacto causado pela pobreza menstrual é variado e atinge diversas áreas da vida das mulheres e meninas, causando problemas como evasão escolar, meninas faltam aula durante o período menstrual. Já as mulheres que vivem em situação de rua e de cárcere são afetadas pelas privações, uso de produtos inadequados para retenção do fluxo, que podem trazer perigos a saúde, como infecções do trato urogenital e também vaginose. Conclui-se que a falta de dignidade durante o período menstrual é um problema real, silenciado pela vergonha sobre o tema e está de fato relacionado a problemas socioeconômico além de ser negligenciada pelo poder público, é necessário atentar para que as políticas em combate à pobreza menstrual assistam estas mulheres e meninas tornando a assistência mais inclusiva levando dignidade e saúde para este público.

Palavras-passe: Pobreza menstrual; Políticas públicas; Vulnerabilidade.

Abstract

Girls and women need to make use of hygiene products to contain the flow during the menstrual period, when there is difficulty in accessing basic products, it is called menstrual poverty, which mainly affects many women living in a situation of social vulnerability, low income, on the streets and in prison. This article aims to describe menstrual poverty in Brazil, and its main factors that relate to this situation of vulnerability, understanding the profile of these women, and the factors related to this problem. This is an integrative literature review study, determined the current knowledge about menstrual poverty in Brazil. Menstruation can be understood as a social and purpose problem in public policy issues. Since the impact caused by menstrual poverty is varied and affects different areas of women's and girls' lives, causing problems such as truancy, girls miss school during their menstrual period. On the other hand, women living on the streets and in prison are affected by deprivation, the use of inappropriate products to retain the flow, which can bring health hazards, such as infections of the urogenital tract and also vaginosis. It is concluded that the lack of dignity during the menstrual period is a real problem, silenced by the shame on the subject and is in fact related to socioeconomic problems in addition to being neglected by the public power, it is necessary to pay attention to the policies to combat menstrual poverty assist these women and girls by making care more inclusive, bringing dignity and health to this public.

Keywords: Menstrual poverty; Public policy; Vulnerability.

Introdução

No Brasil 50,8% da população é feminina, deste total 43.113.841 corresponde a mulheres em idade reprodutiva, ou seja, aquelas com idade entre 15 e 45 anos e que passam pelo período menstrual todos os meses (SAÚDE BRASIL, 2004). Nesta fase, as mulheres necessitam fazer uso de produtos de higiene para contenção do fluxo durante o período menstrual, quando há dificuldade de acesso aos produtos básicos chama-se pobreza menstrual. O termo pobreza menstrual (PM) nasceu na França e trata-se de um conjunto de privação impostas a meninas e mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social: de baixa renda, em situação de rua, em situação de cárcere, ou aquelas que não têm acesso adequado a saneamento básico, itens de higiene, durante o período menstrual (POLITIZE, 2021). Embora seja um problema muitas vezes negligenciado pelo poder público, sendo assim um problema de saúde pública que atinge outras áreas da vida de meninas e mulheres, como por exemplo a educação por não ter acesso aos produtos de higiene acabam faltando aula, pois essa privação acaba afetando diretamente o desempenho escolar dessas meninas (AGÊNCIA SENADO, 2021).

A desigualdade social no Brasil impacta a vida de meninas e mulheres. Atualmente 713 mil meninas (4,61% do total) encontram-se em situação de vulnerabilidade social, o que implica em falta de acesso a saneamento básico, como a falta de um banheiro em suas casas. O dado ainda mais alarmante quando sabe-se que mais de 900 mil meninas (5,84% do total estimado) não têm acesso a água canalizada para realizar sua higiene (RELATÓRIO UNFPA E UNICEF, 2021). Além da falta de medicamentos, que se faz necessário durante todo o período para tratamento dos sintomas menstruais, calcula-se que entre 70 e 90% das mulheres sofrem de cólicas menstruais, a intensidade das dores varia de corpo para corpo (TOLETO A, 2018).

Os dados também podem ser avaliados partir do recorte racial, meninas e mulheres negras possuem ainda mais dificuldades de acesso aos produtos de higiene e dignidade social, 24% das meninas brancas vivem em locais avaliados como não tendo serviços de esgoto sanitário, enquanto que quase 37% de meninas negras vivendo em iguais condições (UNICEF, 2021).

Há um custo associado a menstruação, como a aquisição dos absorventes, produtos de higiene e medicações, avalia-se que a mulher tem cerca de 450 ciclos menstruais durante a vida e utiliza em média, cerca de 20 absorventes por ciclo, isso corresponde a 10 mil absorventes durante toda a idade fértil. Com um custo médio de R\$0,60 por absorvente, uma pessoa gastaria um total de R\$60.000,00 pelo seu custo menstrual ao longo de sua vida (FLUXO SEM TABU, 2021).

O alto custo de absorventes descartáveis leva mulheres, meninas e homens trans a recorrerem a métodos não seguros para poder conter o fluxo sanguíneo. As consequências desses métodos impedem que essas pessoas passem por seus períodos de maneira digna, além de colocar a saúde em risco, pois esses métodos inseguros podem surgir infecção no trato urinário e o surgimento de outras infecções como a vaginose bacteriana e a candidíase (REVISTA ANTINOMIAS, 2021).

O entendimento sobre a pobreza menstrual é essencial no contexto de saúde pública e dignidade social, sendo discutido mais frequentemente nos dias atuais fazendo parte da sociedade brasileira. O presente artigo pretende avaliar a situação, relatando os impactos da pobreza menstrual na saúde das mulheres, apontando a desigualdade social e econômica das pessoas que menstruam no Brasil. Sendo considerado importante no entendimento do tabu que ainda persiste nos dias atuais pois, sendo necessário falar sobre a menstruação e seus impactos na vida das pessoas que menstruam.

O objetivo dessa pesquisa é descrever a pobreza menstrual no Brasil, e os seus principais fatores que se relacionam com essa situação de vulnerabilidade, entendendo o perfil dessas mulheres e homens trans, os fatores relacionados a situação a esse problema que nos dias atuais ainda vem se tornando um tabu na vida dessas pessoas.

Materiais e Métodos

Esta pesquisa resultou em um artigo de revisão integrativa da literatura. A revisão integrativa determina o conhecimento atual sobre uma temática, um método que quando bem aplicado pode ser elucidativo no entendimento do tema já que combina dados da literatura teórica e prática (AMARAL, 2018). Objetivando o entendimento sobre a pobreza menstrual no Brasil e os principais fatores que se relacionam com essa situação, foram utilizadas as plataformas de pesquisa: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Google Acadêmico, ScieloEletronic Library Online (SciELO) para seleção dos artigos referente ao tema.

Para a realização da busca pelos artigos na base de dados utilizou-se os descritores de saúde: "Pobreza Menstrual no Brasil", "Pobreza Menstrual", "Higiene Menstrual", "Menstruação", "Dignidade menstrual", "Saneamento", "Ciclo Menstrual". Elegendo-se como critério de inclusão para essa revisão: artigos publicados em português, espanhol e inglês, durante o período de 2017 a 2022, estudo que evidenciam a necessidade de estimular o entendimento sobre a PM, os critérios de exclusão foram os artigos que não estavam no período proposto, e que não abordava o tema central do estudo. Durante as buscas que foram utilizadas o descritor "pobreza menstrual no Brasil", foi analisado os resultados e a apresentação da síntese do conhecimento. Para aprofundar mais o conhecimento foi pesquisado dados que retratassem o número de meninas e mulheres que se encontravam dentro da temática.

No total, foram encontrados 89 artigos na plataforma BVS sobre o tema, 38 no Google Acadêmico e 128 no SciELO. Dos quais, foram selecionadas 7 publicações, todas no período de 2017 até o ano de 2022 para seleção, leitura e tabulação, as quais se encaixavam no contexto e critérios de seleção.

Resultados e Discussões

Resultaram das buscas nas plataformas com os descritores pobreza menstrual (89) na BVS, menstruação (65) no SciELO, dignidade menstrual (29) na BVS, higiene menstrual (894) na BVS, ciclo menstrual (128) no SciELO. Foram excluídos os artigos que não estavam dentro do período dos últimos 6 anos, aqueles que não se relacionava com a temática específica quando foi realizado a busca inicial. Abaixo no quadro 1, estão compilados os resumos dos artigos analisados. Pode-se ler os títulos e outros aspectos como, objetivos, metodologia adotada.

Quadro 1- Apresentação da síntese dos estudos apresentados na Revisão Integrativa

AUTOR/ANO	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	METODOLOGIA
ASSAD(2021)	Políticas públicas a cerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero.	Analisar de modo amplo a realidade brasileira e internacional no que diz respeito a pobreza menstrual e seus impactos.	Pesquisa bibliográfica e documental que procura demonstrar, através de método dedutivo e qualitativo como a precariedade menstrual está estreitamente conectada com a desigualdade de gênero.
RIBEIRO e SANTOS(2021)	A pobreza menstrual: uma análise da dignidade das presas no Brasil.	Estudar a efetividade do direito em benefício das Presidiárias no Brasil.	Estudo bibliográfico, pesquisa descritiva como uso do método Hipotético-dedutivo.
CUNHA (2021)	O direito à higiene menstrual e as barreiras para sua efetivação.	Compreender a existência e permanência da pobreza menstrual no Brasil.	Metodologia exploratória de vertente qualitativa, em que se combinaram entrevistas semi estruturadas e análise documental.

AUTOR/ANO	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	METODOLOGIA
BRITO (2021)	Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas.	Compreender a relação entre a desigualdade de gênero e pobreza menstrual e a necessidade de políticas públicas para o combate à pobreza menstrual.	Revisão bibliográfica com uso da metodologia qualitativa, procedeu-se à análise de livros e artigos, projetos de leis
SIQUEIRA et al. (2022)	A precariedade menstrual: um tabu a ser quebrado.	Apresentar a pobreza menstrual, por meios de objetivos específicos, discutir a cerca da falta de acesso a produtos básicos de higiene durante o período menstrual.	Pesquisa descritiva, bibliográfica, foi utilizado artigos científicos para abordar o estudo, por fim, aplicou uma abordagem qualitativa, com o fato de compreender a percepção dos atores sociais e apresentar soluções através de políticas públicas.
SOUSA, SILVA e OLIVEIRA (2022)	Sangrar é político: diálogos a cerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas.	O estudo tem como objetivo analisar a pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas desde a menarca.	Pesquisa bibliográfica, a qual foram utilizados estudos das áreas e relatórios encontrados, fez uso do estudo documental de projetos de leis.
MOREIRA (2021)	Pobreza menstrual no Brasil: Diagnostico e alternativas.	Analisar os diagnósticos da pobreza menstrual no Brasil, analisar alternativas propostas no país para o combate à pobreza menstrual.	Revisão bibliográfica.

A VULNERABILIDADE SOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E CÁRCERE

No Brasil não há um dado oficial de quantas pessoas vivem em situação de rua, mas estima-se que 221.869 pessoas se encontram em situação de rua, segundo a nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), (CUNHA, 2020). Essas pessoas utilizam a rua como moradia, e estão expostas ao frio, a violência, e a precariedade sanitária. Entrando na temática, há muitos relatos de mulheres de como lidar com a menstruação nessa situação de rua, comprar absorvente não é uma opção para elas, além da falta de acesso aos produtos de higiene durante o ciclo menstrual, tem a falta de acesso a banheiros para fazer a sua higiene durante esse período (CUNHA, 2020).

Ainda segundo CUNHA (2020), é importante se atentar as mulheres que vivem em situação de cárcere, elas necessitam da assistência material do Estado, quando isso não acontece ou é instável, o Estado deixa essas mulheres encarceradas em condição de pobreza menstrual. Existiam cerca de 37,2 mil mulheres encarceradas no Brasil em 2017, este número representa apenas 3,69% do total da população prisional no país, e mesmo assim, as políticas públicas são falhas para assistência as mesmas, há relato de precariedade sanitária e falta de produtos de higiene como os absorventes e papeis higiênicos oferecidos nas prisões, os kits de higiene que são disponibilizados não são considerados o suficiente para o uso durante todo o período suficiente para atender suas necessidades, sendo assim fundamental que as famílias ajudem e levem esses produtos básicos, porém há mulheres que são abandonadas por suas famílias enquanto estão presas, sofrendo com abandono material e social.

A realidade das presas no Brasil é desumana, os problemas na estrutura dos presídios femininos assim como a superlotação é um dos maiores empecilhos a saúde enfrentados no

sistema carcerário. As condições relacionadas a higiene, podem deixar as presas vulneráveis a doenças (RIBEIRO e SANTOS, 2021).

ESTRUTURAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS, SANEAMENTO BÁSICO E ÁGUA

O ambiente escolar é onde as adolescentes passam boa parte do seu tempo, portanto é necessário que este espaço seja adequado e seguro às necessidades das pessoas que menstruam, ou seja, quando se trata da estrutura das escolas públicas, não estamos falando somente da estrutura física e dos materiais mas, muitas meninas frequentam escolas que não tem infraestrutura com banheiros, acesso a água, as mesmas também têm esse acesso negado em suas casas (SOUZA e SILVA, 2022).

A relatório sobre dignidade menstrual realizado pela UNICEF e Fundo de População das Nações Unidas, apontou que 6,5 milhões de meninas vivem em lares que não possuem esgoto ligado à rede, fazendo uso de outras formas precárias de higiene e cujas condições são prejudiciais à saúde, sofrendo com a falta de acesso a água encanada, o que dificulta a higienização e a troca de absorventes (SOUSA e SILVA, 2022).

Nesse contexto, por não possuírem subsídios em casa para lidar com seu fluxo, meninas deixam de ir à escola por se sentirem inseguras, o resultado na evasão escolar devido a pobreza menstrual, o que infelizmente gerará perdas no aprendizado com consequências para o futuro (RODRIGUES e PERSCH, 2022).

Para Prado (2021), a educação menstrual é fundamental para combater a evasão escolar, pois a distribuição dos produtos de higiene menstrual e educação menstrual são a chave para combater a pobreza menstrual.

POLÍTICAS PÚBLICAS A RESPEITO DA POBREZA MENSTRUAL

Para Dias e Matas (2012) o conceito de políticas públicas se resulta na criação de uma ou mais estratégias para a solução de problemas públicos, também pode ser perceptível como um conjunto de interações que têm em vista alcançar determinado objetivo, ainda segundo os autores, políticas públicas constituem um meio de um cumprimento dos direitos que estão sistematizados nas leis de um país.

Tendo em vista que as políticas públicas podem proporcionar oportunidades a pessoas que precisam de um tratamento digno para o seu desenvolvimento social, isto significa que a política precisa compreender o público-alvo, buscando suprir as suas necessidades. Segundo a autora, as políticas públicas envolvendo o combate à pobreza menstrual deve discutir além da distribuição de absorventes, os aspectos relacionados a educação e saúde, e a tributação dos produtos de higiene para o público feminino (BRITO e ROCHA, 2021).

Segundo Cunha, através dos questionamentos sobre o estigma menstrual houve uma manifestação acerca do debate público questões sobre a alta taxação de absorvente, causando uma barreira no acesso a esses produtos de higiene, e isso se torna um problema para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social (CUNHA, 2020). O Brasil tem uma das taxas de impostos mais altas sobre o custo de absorventes no mundo, em média esse valor é igual a 25% do preço do produto, em consequência disso, dificulta o acesso a esse produto por uma boa parte da população (RIBEIRO e SANTOS, 2021).

A menstruação pode ser entendida como um problema social e de provável resolução com a advento de políticas públicas que auxiliam pessoas que menstruam em países de média e baixa renda, como o tema afeta diretamente a frequência escolar e consequentemente a permanência no ambiente escolar, passou a ser vista como umas das prioridades para o desenvolvimento do país, já que há uma relação entre a escolarização feminina e o desenvolvimento (CUNHA, 2020).

Sabe-se que a pobreza menstrual é um problema de saúde pública porque é uma questão social ainda não resolvida que acomete diretamente a saúde de mulheres e meninas.

Os impactos causados pela pobreza menstrual são variados, como a dificuldade encontrada por estas meninas e mulheres para ingresso e permanência no âmbito escolar e de

trabalho, ou seja, impedindo que elas estudem, trabalhem e atuem de forma ativa no mercado, sendo esse um dos obstáculos responsáveis pelo aumento da desigualdade entre os gêneros (ASSAD, 2021).

PROJETOS DE LEIS PARA O COMBATE A POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL

No Brasil já existe projetos de leis em combate à pobreza menstrual, as deputadas Marília Arraes (PT-PE) e Tábata Amaral (PDT-SP) desenvolveram projetos de lei com o objetivo principal a distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual, o projeto de Marília Arraes sugere a distribuições em escolas públicas e da deputada Tábata Amaral sugere que o produto seja disponibilizado em locais públicos (ASSAD, 2021).

Criado em 2019, podemos citar o do PL n1. 177/2019 de 18 de outubro de 2019, que estabelece diretrizes para a implementação da política pública, chamado de “Menstruação sem tabu” no Estado do São Paulo, o qual propõe a conscientização a respeito da pobreza menstrual e o acesso universal a absorventes e atenção integral a saúde da mulher e aos cuidados básicos durante o período menstrual.

A lei estadual N 4.9892 de 1 de novembro de 2006 dispõe sobre o assunto e pretende incluir os absorventes higiênico feminino na cesta básica no Rio de Janeiro, foi alterada para a lei nº 8.924 de 02 de julho de 2020, a qual propõe colocar absorventes higiênicos como itens obrigatórios na cesta, o projeto resulta na busca da dignidade para mulheres com vulnerabilidade social (SOUSA e SILVA, 2022).

Conclusão

Nos dias atuais ainda há um tabu ao se falar da menstruação, sendo considerado um assunto estritamente feminino, ainda não é levado as discussões para promoção de políticas públicas necessárias para garantir a dignidade a meninas e mulheres, mas é necessário debater sobre a temática e principalmente discutir sobre a pobreza menstrual, que está relacionado com vários fatores culturais, de saúde pública, incluindo a vulnerabilidade socioeconômica. Esse problema é muitas vezes negligenciado pela saúde pública, como apontou todos os artigos lidos durante o desenvolvimento deste artigo. É importante ressaltar o elevado custo dos produtos de higiene menstrual. O Brasil é um dos países do mundo que mais tributam absorventes, tidos como simples produtos de higiene/cosméticos o que permite a tributação exagerado para um produto de necessidade básica, em consequência dificultando o acesso os produtos por pessoas de baixa renda.

Constatou-se também que há em tramitação alguns projetos de leis em combate à pobreza menstrual, todavia, essa lentidão de política feita majoritariamente por homem deixa claro que ainda falta um longo caminho para resolver essa questão. É necessário a iniciativa do poder público, e que mais projetos atentem a essas demandas para que essas meninas e mulheres passem por seus períodos menstruais de forma digna e segura.

Referências

ASSAD, Beatriz. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v.2, n.1, jan/jun 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Saúde reprodutiva: gravidez, assistência pré-natal, parto e baixo peso ao nascer. **Saúde Brasil 2004: uma análise da situação de saúde**, 2004.

BRITTO, Mariana. **Pobreza menstrual e políticas públicas para meninas e mulheres**. Goiás-GO: Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito Da Universidade de Federal de Goiás), 2021.

CUNHA, Giulia. **Pobreza menstrual no Brasil: O direito á higiene menstrual e suas barreiras para sua efetivação**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PnuhVTsg4mm4nA98mY521IYPmCrF8iUH/view>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

FIRMINO, Mariana. **“Pobreza menstrual”: entenda a questão de saúde pública no Brasil**. Politize, disponível em: https://www.politize.com.br/pobreza-menstrual/?doing_wp_cron=1655894791.1976730823516845703125. Acesso em: 9 de janeiro de 2022.

FLUXO SEM TABU, **Pobreza menstrual: absorvente o assunto**. Disponível em: <https://www.fluxosemtabu.com/absovendo-o-assunto>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

LIMA, Paola. **O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas**. Agência Senado, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>. Acesso em: 9 de maio de 2022.

MOREIRA, Luisa Prado Afonso. **Pobreza menstrual no Brasil: diagnóstico e alternativas**. 2021. Tese de Doutorado.

RIBEIRO, Carla Gabriela Cruz; SANTOS, Sharina Noletto; DE PAULA RIBEIRO, Lara. A POBREZA MENSTRUAL: UMA ANÁLISE DA DIGNIDADE DAS PRESAS NO BRASIL. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 31, 2021.

SIQUEIRA, Aloine de J. et al. A PRECARIÉDADE MENSTRUAL: UM TABU A SER QUEBRADO. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 13, n. edespmulti, 2022.

SOUSA, Elaine Pereira de; SILVA, Leticia de Oliveira. **Sangrar é político: diálogos acerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas**. 2022.

UNICEF, UNFPA. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. Brasil, 2021.

Recebido: 04/08/2023

Aprovado: 18/09/2023